

A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT

STEFANIE GRUPPELLI KURZ¹; SÔNIA MARIA SCHIO²

¹Universidade Federal de Pelotas - stefanie.gk.1999@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - soniaschio@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As discussões políticas estão em constante pauta, e a questão do feminino não pode ser uma exceção: questionar o papel da mulher na política é imprescindível. Isso porque, quando comparado com a participação do homem nos assuntos públicos e políticos, a participação feminina é reduzida, o que torna a reflexão sobre o tema urgente se o objetivo é a vivência em uma comunidade humana mais digna. A mulher é mãe, esposa, trabalhadora e é (ou deve ser) cidadã, com direitos e deveres políticos.

A obra de Hannah Arendt (1906-1975) tem o potencial teórico de contribuir para o debate sobre a inserção da mulher na política, mesmo possuindo acepções diferentes daquelas dos debates feministas em destaque na contemporaneidade. Para Arendt, a Política trata daquilo que precisa ser organizado em conjunto porque se refere às questões de interesse comum ao grupo humano. Em outros termos, com igualdade¹, sem distinguir (e separar) em classes, grupos, castas de acordo com a religião, o gênero, a nacionalidade etc., porque isso é social, não político, distinções importantes realizadas por Arendt. Isso significa que os problemas políticos devem ser discutidos e resolvidos pelos componentes da comunidade em conjunto, leia-se: sem a exclusão de qualquer um deles, a mulher, por exemplo.

Perante a lei, no Mundo Contemporâneo, homens e mulheres possuem direitos iguais: ambos votam, concorrem às eleições. Apesar disso, as mulheres ainda se sentem afastadas da vida público-política, não representadas, com seus direitos não garantidos. O feminismo, movimento abrangente e diverso, colabora pela busca de uma definitiva igualdade de gênero, porém ainda é pouco reconhecido.² Para Arendt, a mulher deve inserir-se como ser humano no debate público-político e nas pautas deste. Os outros temas serão tratados em suas esferas: o trabalho, a vida biológica, a relação homem-mulher, marido-esposa, mãe-filhos, cada uma em seu *topos* definido.

Na obra de Arendt, a questão do feminino não recebeu a ênfase que o tema possui hodiernamente: poucas vezes ela escreveu especificamente sobre a mulher. Em 1932, ela escreveu uma resenha ao livro *Das Frauenproblem in der Gegenwart* (O problema da mulher na atualidade) de Alice Rühle-Gerstel, intitulada *Sobre a emancipação das mulheres*. Neste texto, Arendt discorre sobre pontos-chaves do livro, como a emancipação da mulher na vida pública e as limitações enfrentadas por

¹ A igualdade, nos escritos de Arendt, é um componente da “condição humana”, pertencente à ação na Vida Ativa. Ela é um artifício humano, isto é, uma elaboração humana por meio da qual, embora distintos uns dos outros, insubstituíveis e únicos (singularidade), os seres humanos pertencem à Humanidade e habitam o Planeta em conjunto. Cabe à Legislação materializar esse ordenamento.

² Por exemplo, Bell Hooks (2020) aponta que o feminismo enquanto um estilo de vida implica a existência de tantas versões do feminismo quanto há mulheres no mundo, e acrescenta que “as políticas feministas estão perdendo o *momentum* porque o movimento feminista perdeu suas definições claras” (HOOKS, 2020, p. 23).

cada uma no cotidiano. Segundo ela, o movimento feminista somente alcança visibilidade política com a exposição de metas que não parecem factíveis, pois um movimento que é favorável apenas às questões referentes às mulheres se torna abstrato. Isso, porém, não ocorre apenas com os movimentos de mulheres, pois pode acontecer com qualquer movimento que visa a interesses particulares de um grupo.

Mesmo com poucas obras nas quais Arendt trate sobre a questão da mulher, pode-se afirmar que a igualdade que ela confere entre todos os seres humanos é um tema relevante ao se pensar a política e sua abrangência. Em outros termos, para ela, somente por meio da Política alguém pode ser considerado cidadão, e que os humanos são iguais em direitos e deveres. A mulher, então, precisa se inserir na Política enquanto cidadã, assim como os demais seres humanos do Planeta.

2. METODOLOGIA

O modo de abordar o conhecimento, neste primeiro momento, será o analítico, a partir do qual os conceitos-chaves do pensamento político de Hannah Arendt, como as esferas privada, pública e social, serão explicitados. Mas há outros, igualmente importantes, como o de condição humana, englobando os de igualdade, cidadania, pluralidade, singularidade e natalidade. A pesquisa é teórica, e portanto, bibliográfica. Por isso o problema é pesquisado a partir de suporte teórico, pesquisa em livros de Hannah Arendt tais como: *A condição humana*, *O que é política?*, *A vida do espírito*, *Lições sobre a filosofia política de Kant*, *Da dignidade da política*, entre outros, bem como de comentadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando discute a vida ativa, na obra *A condição Humana*, Arendt entende que na Tradição da Filosofia Ocidental parece haver uma valorização da vida contemplativa em detrimento da vida ativa, de modo a tornar a compreensão da política inadequada, ao excluir as múltiplas possibilidades de opiniões na esfera pública e isolar o humano enquanto ser que vive com seus semelhantes. Ao valorizar a vida em contemplação, há o risco de descuidar a vida ativa (*labor, work and action*), onde a vida política ocorre, lugar do encontro dos humanos para resolver as questões em comum. Em seu ensaio *Filosofia e política*, publicado no livro *A dignidade da política*, Arendt escreve que Platão foi o primeiro filósofo a distanciar a Filosofia e a política ao colocar ênfase no mundo das ideias, ou seja, na vida contemplativa.

Sócrates, ao contrário e segundo Arendt, acreditava que a opinião está na base da vida cotidiana. Ou seja, a verdade absoluta (epistêmica) não é a mais relevante quando se trata de assuntos humanos (como lixo, desemprego, aquecimento global). Na solução dos problemas imediatos do mundo que se configura de diferentes maneiras para cada pessoa, dependendo da sua posição, a exposição destas, a busca de um consenso e as decisões em conjunto devem prevalecer. Arendt, então, concorda com Sócrates, uma vez que, para ela, no espaço da política são valorizadas as opiniões, que podem ser expostas, debatidas, questionadas, até persuadir, ou não, os outros.

A fim de compreender o pensamento político de Arendt, é fundamental compreender a noção de esfera pública. Em *A condição humana*, Arendt fundamenta três esferas. Na esfera privada ocorre a satisfação das necessidades

peçoais, como aquelas que dizem respeito à conservação da vida. É a necessidade o princípio que orienta essa esfera. Na público-política é onde há liberdade, onde iguais se relacionam. Para ser livre é preciso não ser responsável pelas necessidades da vida privada. Por isso, o princípio orientador da vida pública é a liberdade. A partir da Modernidade (séc. XVII) surgiu outra esfera: a social. Nesta, o privado, em especial o econômico, é central, e os temas realmente políticos são menosprezados. Para Arendt, a fim de preservar a integridade de cada esfera, é preciso haver uma manutenção das características e funções de cada uma.

Com o objetivo de restabelecer a importância da vida ativa ao refletir sobre uma nova teoria política calcada na importância da diversidade dos cidadãos e que não fique restrita à vida contemplativa do filósofo, Arendt busca revigorar a vida ativa. Esta é composta pelo labor, o qual ocorre na esfera privada, e a ação na esfera público-política. Há a esfera intermediária, do trabalho e da escola, denominada de pré-política. Ao descrever as atividades humanas, Arendt advoga em favor da relevância da ação para a política, em detrimento do comportamento, considerando que o espaço público-político é o *locus* no qual o ser humano exerce sua liberdade e expressa sua *doxa* (opinião).

A natalidade, o outro componente da condição humana, expõe a possibilidade de algo novo a cada nascimento: ao nascer, a criança é um ser novo no planeta e, ao crescer, poderá adentrar na vida cidadã por meio da ação política, distinguindo-se e revelando sua individualidade: a própria singularidade na pluralidade. Assim, a participação na vida política é como um segundo nascimento, ao permitir um “começar novo”.

A ação política valoriza a pluralidade humana, porque se todos fossem iguais, isto é, se tivessem as mesmas opiniões, não haveriam debates, e portanto, política. No espaço público as pessoas têm liberdade: agem, falam, discutem como querem. Agir politicamente é agir em um espaço partilhado com os outros seres humanos a partir de assuntos de interesse comum. A política é uma organização entre cidadãos que visam a resolver os “assuntos humanos”.

O ser humano torna-se cidadão ao participar da política, ou seja, exercendo sua liberdade no espaço público, participando de debates e integrando-se ao mundo. Ser cidadão é estar em contato com o mundo e ter interesse em seus assuntos, vivendo em pluralidade entre os homens, e em igualdade política (SCHIO, 2012). Para tanto é preciso estar liberados de preocupações da vida privada e estarem aptos a expressar as opiniões no espaço público. Os indivíduos nascem iguais biologicamente, mas a igualdade política deve ser construída por meio da política e explicitada em leis.

No final de sua vida, Arendt escreve *A vida do espírito*, obra na qual analisa as atividades do espírito, a saber: o pensar, o querer e o julgar (a mais importante para a política porque orienta o humano no mundo). O pensar é especulativo e sua tarefa é investigar o significado das coisas (um diálogo do eu consigo mesmo); ele interfere na política na medida em que é responsável por questionar o significado das ações políticas. A vontade é a fonte da ação, a capacidade de dar início a um novo processo.

Arendt faleceu antes de começar a escrever sobre o julgar. Entretanto, a partir de conferências sobre a Filosofia Política de Kant é possível vislumbrar a teoria de Arendt. O julgar político, segundo Arendt, é aperfeiçoado pelo juízo reflexivo de Kant, exposto na *Crítica do Juízo* (§ 40). Arendt (2000) aponta que o *sensus communis* é imprescindível, assim como o comparar o próprio juízo com o possível juízo de outros, isto é, “colocar-se no lugar do outro”, é o modo de alcançar a

flexibilização do espírito. A mentalidade alargada permite obter uma espécie de ponto de vista geral, isto é, certa imparcialidade, e a partir daí oportuniza considerar e refletir sobre os assuntos humanos.

No espaço público, não importa o particular, mas o “nós”, o pertencimento e a preocupação com a comunidade, a vida em conjunto no Planeta. A mentalidade alargada possibilita à pessoa ser capaz de pensar como o outro, em imaginação, ou seja, é possível representar o outro. É um artifício para, mesmo na ausência do outro, tentar entender as necessidades dele, ou seja, assumir um ponto de vista geral. Por isso, para Arendt os seres humanos são iguais: o *sensus communis* e a mentalidade alargada são capazes de tornar a igualdade política exequível na vida política.

O problema enfrentado ao propor um diálogo entre as pautas feministas e a política de Arendt é que o movimento das mulheres, muitas vezes, aporta ao espaço público-político assuntos e problemas pessoais, os quais não devem ser discutidos publicamente. Em outros termos, cada esfera possui suas pautas e seus modos de solucionar os problemas. Para Arendt, a separação entre privado e público mantém o bom funcionamento da política: por isso o social os distorce. Nesse contexto, o pensamento político de Arendt possui o aporte teórico para embasar as discussões sobre a inserção do feminino na política.

4. CONCLUSÕES

Pelo exposto é possível afirmar que, mesmo a investigação estando em estágio inicial, que ela é relevante: pesquisar sobre a inserção da mulher na política a partir do pensamento político de Arendt é buscar uma importante contribuição teórica para demonstrar a necessidade de aprofundamento da discussão sobre a cidadania, no qual a mulher é um componente que não pode renunciar à tarefa de pensar o mundo e suas questões na busca de soluções possíveis e compartilhadas. Além disso, o estudo do tema objetiva motivar ao surgimento de mais pesquisas na área que valorizem tanto a diversidade humana como a política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Lições sobre a filosofia política de Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

_____. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Sobre a emancipação das mulheres. **Compreender**: formação, exílio e Totalitarismo – ensaios. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (93-95).

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

SCHIO, Sônia Maria. **Hannah Arendt** - história e liberdade: da ação à reflexão. Porto Alegre: Clarinete, 2012.